



XV SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO

A Cidade, o Urbano, o Humano Rio de Janeiro, 18 a 21 de setembro de 2018

ENTRE O RURAL E O URBANO – ASPECTOS FUNDIÁRIOS NA FORMAÇÃO DE PATRIMÔNIOS RELIGIOSOS NA FREGUESIA DE CACONDE – SP, SÉCULOS XVIII E XIX.

VILAS E CIDADES, URBANIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO

[Rafael Augusto Silva Ferreira, Professor Mestre, doutorando pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PUC Campinas/ Renata Baesso Pereira, Professora Doutora, Titular do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PUC Campinas]

RESUMO

A freguesia de Caconde desempenhou papel fundamental na formação da rede urbana na região de fronteira entre São Paulo e Minas Gerais, durante os séculos XVIII e XIX. De seu território, desmembraram-se vários municípios que tiveram como denominador comum a doação de terras desmembradas de fazendas, para oragos de devoção, formando patrimônios religiosos. O presente artigo adota como recorte temporal a criação da freguesia de Caconde em 1775, e os primeiros núcleos urbanos desmembrados de Caconde - SP, em meados do século XIX: Espírito Santo do Rio do Peixe (1834, atual Divinolândia – SP) e São José do Rio Pardo (1865). Trabalha sobre fontes primárias textuais, seriadas e cruzadas, para proceder a espacializações em séries cartográficas coevas, permitindo a visualização de aspectos fundiários do processo de formação da rede urbana. Busca ainda, relacionar os vários status fundiários com a formação de elites locais, que encontraram nos patrimônios religiosos, alternativas para a manutenção de sua atuação regional. Adota como referencial teórico, conceitos da História da Urbanização e da Morfologia Urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Sertão do Rio Pardo; fundiário; patrimônios religiosos.

BETWEEN THE RURAL AND THE URBAN – LAND OWNERSHIP ASPECTS IN THE FORMATION OF RELIGIOUS PATRIMONIES IN THE CACONDE PARISH – SP, XVIII AND XIX CENTURIES.

ABSTRACT

The parish of Caconde played a fundamental role in the formation of the urban network in the border region between São Paulo and Minas Gerais, during the eighteenth and nineteenth centuries. Several districts were dismembered from its territory that had as common denominator the donation of lands dismembered of farms, for devotional saints, forming religious patrimonies. This article adopts as a temporary clipping the creation of the parish of Caconde in 1775, and the first urban nuclei dismembered of Caconde - SP, in the middle of the 19th century: Espírito Santo do Rio do Peixe (1834, now Divinolândia - SP) and São José of the Rio Pardo (1865). It works on primary textual sources, connected itself, to proceed with the spatialisation in contemporaneous cartographic series, allowing the visualization of land aspects of the process of urban network. It also seeks to relate the several land status with to the formation of local aristocracy, who founded in religious heritage alternatives to maintain their regional performance. It adopts as theoretical reference, concepts of the History of Urbanization and Urban Morphology.

KEY-WORDS: RIO PARDO'S HINTERLAND; LAND OWNERSHIP; RELIGIOUS PATRIMONIES.

INTRODUÇÃO

A região de Caconde – SP, fortemente ligada aos conflitos de fronteira entre as Capitanias e Províncias de São Paulo e Minas Gerais, nos séculos XVIII e XIX, esteve à margem da historiografia sobre o processo de formação da rede urbana paulista. Importantes estudos como os de Reis Filho (2013) e Bueno (2004), avançaram na formação urbana em perspectiva de rede, sem contudo, detalhar os processos específicos desse território. Sobre o Sertão do Rio Pardo, pouco se tem avançado desde os estudos de Chiachiri Filho (1986), Brioschi (1995; 1999) e Carlos Bacellar (1999). Da mesma forma, observamos uma lacuna com respeito às questões fundiárias da formação dessa rede urbana, que à medida que foram sendo espacializadas pela presente pesquisa, revelaram novas nuances e questões sobre a relação entre o rural e o urbano, no Brasil Colônia e Império.

Pesquisas recentes tem aprofundado questões sobre a Urbanização Brasileira, dando destaque aos diversos atores que dão vida à rede urbana, homens que desempenhavam papéis ligados à Coroa e ao Poder Imperial e cujas atividades se alinhavam ao abastecimento de circuitos internos que conectavam vilas e freguesias. Ainda nesse sentido, um importante balanço historiográfico foi realizado por Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (2017) em dossiê da Revista Labor e Engenho, tratando de uma série de trabalhos, de outros pesquisadores, sobre suas contribuições mais recentes ao estudo da formação da rede urbana paulista.

Nessa mesma esteira, insere-se nossa pesquisa de Mestrado em Urbanismo¹, cujo objetivo foi demonstrar a formação da rede urbana de uma parcela do Sertão do Rio Pardo, relacionada com a formação da fronteira entre Minas Gerais e São Paulo. O presente artigo apresenta parte de seus resultados.

A linha teórica que dá suporte ao presente trabalho, situa-se na História da Urbanização em sua interface com a Geografia e a Morfologia Urbana. Delineamos um método para compreender a formação territorial pelo viés da propriedade fundiária, através do cruzamento de documentação primária como cartas de sesmarias e registros paroquiais de terras, e de sua espacialização em séries cartográficas, inclusive utilizando de georreferenciamento. Nos propomos, nesse artigo, a demonstrar o método que nos alicerça, e discutir suas possíveis implicações nos estudos da História da Urbanização.

O CAMINHO DOS GOIASES E A OCUPAÇÃO DO SERTÃO DO RIO PARDO: FORMAÇÃO DA REDE URBANA A PARTIR DA FIXAÇÃO DE POUSOS E DA OBTENÇÃO DE SESMARIAS

A denominação Sertão do Rio Pardo – espaço geográfico compreendido entre os rios Pardo, ao sul, e Grande, ao norte – não é uma construção historiográfica. Sua denominação data de meados do século XVIII, quando da criação da vila de Mogi Mirim (1769), pelo governador paulista D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus. Anteriormente, essa região, que tinha como limite ao norte o Rio Grande, pertencia ao termo da vila de Jundiá (elevada em 1655), de onde partiram as

¹ Consultar FERREIRA, 2017.

primeiras incursões que descobriram ouro no então “Sertão do Rio Grande”. O Morgado de Mateus, aplicador da política do Marquês de Pombal, foi o responsável pela restauração da Capitania de São Paulo, utilizando como estratégia a fixação da população pela criação de novas vilas e freguesias.

O Caminho dos Goiares², aberto no início do século XVIII por Bartolomeu Bueno da Silva, foi a rota que estruturou a ocupação do nordeste paulista, pela fixação de pousos que posteriormente seriam elevados à categoria de freguesias e vilas. A toponímia dos pousos, segundo Vidal (2016), relacionava-se com as características físicas do local e nomes indígenas. Na acepção do autor, os pousos podem ser compreendidos como uma categoria modelada de tempo, “filhos do caminho”, uma forma espacial nascida da espera e distribuídos a distâncias médias de uma viagem diária, eles atuavam como nós no Caminho dos Goiares, concentrando fluxos de pessoas e mercadorias. Brioschi (1995) sistematizou as sesmarias concedidas no Caminho, em sua relação com aspectos topográficos e hidrográficos. A autora identificou um *modus operandi* nas concessões, relacionadas com a cobrança pelas passagens de rios, e a sua localização em fundos de vale.

Avançamos em relação ao trabalho Brioschi (1995) quando espacializamos dois momentos dessas concessões de sesmarias, entre os rios Jaguarí-Mirim, ao sul, e o Pardo e o Araraquara, ao norte. Em um primeiro momento (1726 a 1734), essas sesmarias (Figura 1) estiveram relacionadas com uma ocupação de subsistência, com dimensões pequenas (cerca de meia légua em quadra), servindo à produção de gêneros para apoio dos viajantes pelo Caminho dos Goiares. Em um segundo momento (1748 a 1812), as grandes dimensões das sesmarias (Figura 2) evidenciam uma atividade agropastoril, com a fixação de grandes fazendas de criação de gado e gêneros diversos, ligados a importantes nomes do comércio em São Paulo³. Os primeiros sesmeiros a se estabelecerem na região foram Carlos Barbosa Magalhães, Urbano Couto e Menezes e Raphael Francisco, sendo o primeiro deles relacionado com a formação do município de Cajuru – SP⁴. As passagens dos rios, foram concedidas em 1726 ao primeiro Anhanguera, Bartolomeu Bueno da Silva, descobridor das minas em Goiás.

Para a espacialização das sesmarias, procedemos a uma leitura integral do volume Repertório das Sesmarias, *fac-símile* das cartas de concessão entre 1711 e 1821, procurando por referências à toponímia da região. A série cartográfica utilizada para a espacialização dos dados foi a dos mapas da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (CGG), do início do século XX. A permanência dos referenciais na cartografia é sintomática do processo de formação da rede urbana, que teve seu início com a formação dos pousos e sesmarias ainda no século XVIII.

A rede urbana na região de estudo, em meados do século XVIII, estava inscrita no termo da vila de Jundiá, que tinha como limites o Rio Grande, ao norte, e o Caminho dos Goiares com seus pousos. A formação desse território foi exaustivamente analisada na obra de historiadores como José Chiachiri

² O caminho partia de Santana de Parnaíba e passava por Jundiá, Mogi Mirim, Mogi Guaçu, até Casa Branca, de onde seguia até Cajuru, Batatais, Franca, até cruzar o Rio Grande. Depois no Rio Grande, o caminho rumava para Vila Boa de Goiás. Todas as localidades mencionadas haviam sido pousos em seu trajeto, que foram elevados à freguesias e vilas no século XVIII e XIX. Depois no Rio Grande, o caminho rumava para Vila Boa de Goiás.

³ Nesse sentido, consultar nossa dissertação de mestrado (op. cit.) onde são elencadas sistematicamente as sesmarias, relacionadas com a formação da rede urbana e a atuação desses atores sociais.

⁴ Ver PICCINATO JUNIOR, Dirceu (2016) sobre a formação do Sertão do Rio Pardo.

Filho (1986) e Carlos Bacelar (1999) além de Adriano Campanhole (1979) em trabalho específico sobre a formação da região de Caconde – SP.

Em 1769, a freguesia de Mogi Mirim é elevada à categoria de vila, pelo governador paulista Morgado de Mateus. A segunda freguesia criada no termo da nova vila, seria N. Sr.^a da Conceição do Bom Sucesso do Rio Pardo (Caconde – SP), no limite da Capitania de São Paulo com a de Minas Gerais. Até esse momento, a vila de Mogi Mirim era composta de sua sede (a paróquia de São José de Mogi Mirim), e da freguesia de Mogi Guaçu (1740). A rede urbana se expandiria, no início do século XIX, quando a freguesia de Casa Branca é criada em 25 de outubro de 1814, a partir do pouso de mesmo nome, em terras do então sesmeiro padre Francisco de Godoy Coelho, cuja sesmaria confrontava com as sesmarias de importantes figuras ligadas ao comércio de muares e gêneros diversos na cidade de São Paulo, bem como no Caminho do Viamão: José Vaz de Carvalho e Estevão Ribeiro de Resende (ver Figura 2). Em 1814 a região seria escolhida para receber imigrantes Açorianos, como parte de uma política da Coroa que objetivava o povoamento do interior da Capitania de São Paulo.

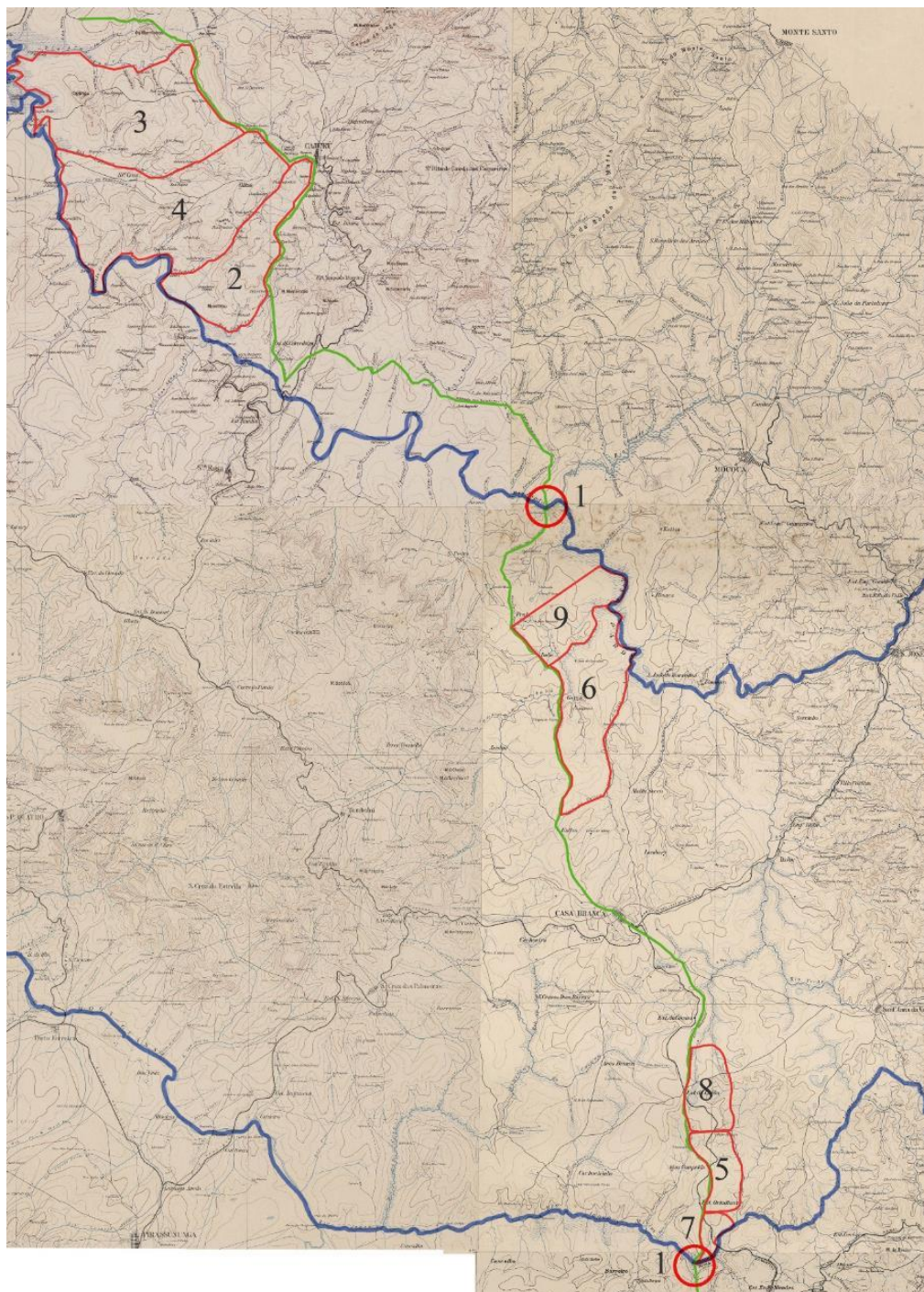


Figura 1 - Mapa demonstrando as sesmarias concedidas no Caminho dos Goiaes, entre 1726 e 1734, e sua espacialização no território. Em verde é destacado o Caminho dos Goiaes. Estão destacados os rios Pardo, ao norte, e o Jaguarí Mirim, ao sul, na cor azul sobre o mapa original. Foram localizadas e espacializadas as seguintes sesmarias: 1) Bartolomeu Bueno da Silva (passagem do Rio Pardo, (1726); 2) Carlos Barbosa de Magalhães (1728); 3) Urbano Couto de Menezes (1728); 4) Raphael Francisco (1728); 5) Manoel R. Nunes e Francisco Corrêa (1733); 6) Manoel Dias Abreu (1733); 7) João Pedrozo Xavier (1733); 8) Simplicio Pedrozo Xavier (1733) e 9) Domingos Jorge da Silva (1734). Desenho do autor sobre base cartográfica da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. FONTE: FERREIRA, 2017, p. 75

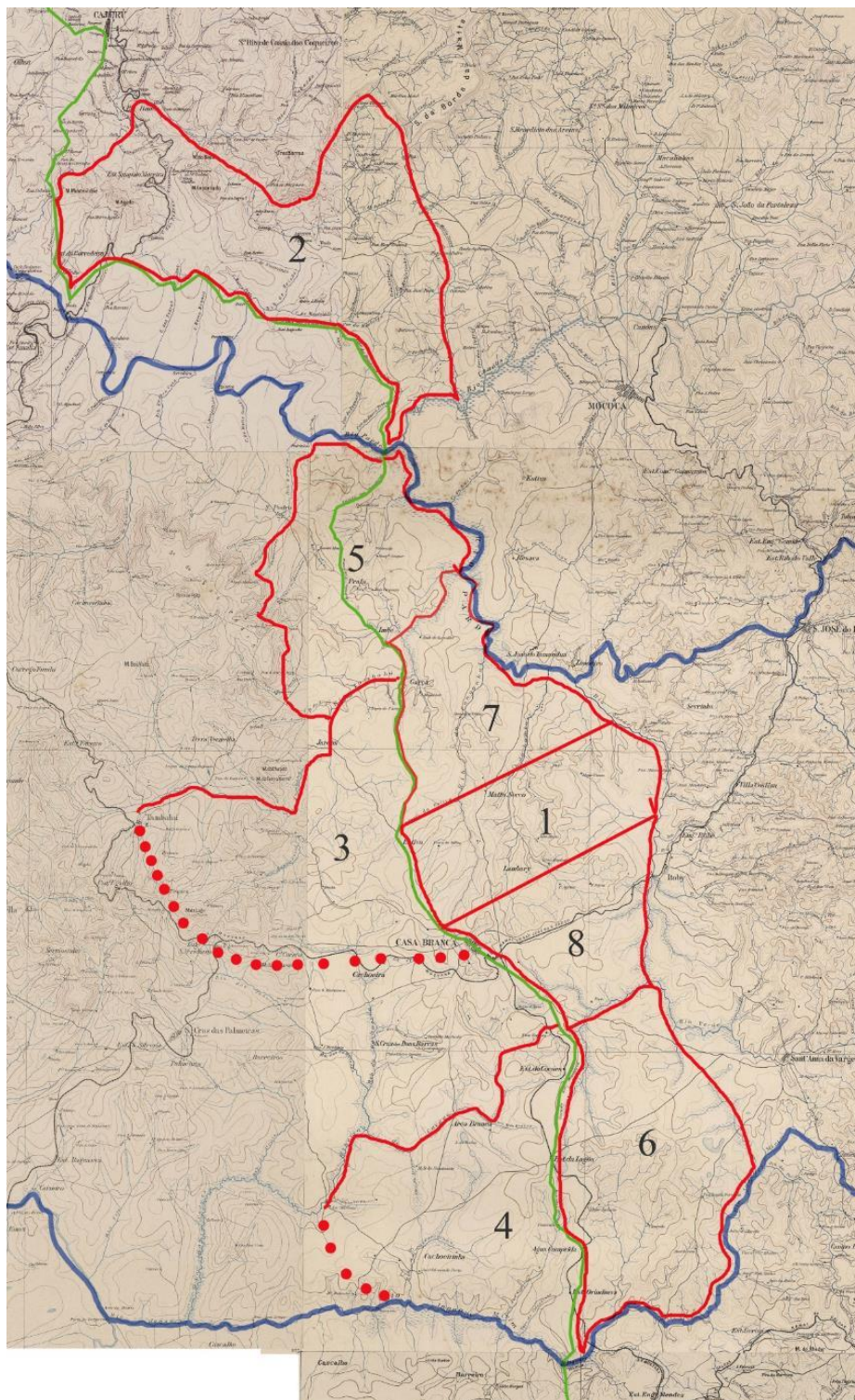


Figura 2 - Mapa demonstrado as sesmarias concedidas no Caminho dos Goiaes entre o Rio Pardo ao norte, e o Rio Jaguari Mirim ao sul. Em verde é destacado o Caminho dos Goiaes As sesmarias indicadas são: 1) Luiz Sá Queiroga (1748); 2) Antônio Queiroz Telles (1788); 3) José Vaz de Carvalho (1791); 4) padre Francisco Godoy Coelho (1814). 5) Estevão Ribeiro de Resende (1812); 6) José Garcia Leal (1812) 7) Joaquim José Pinto de M. Leme (indeterminada) e 8) Lourenço Martins Leme (indeterminada). Os limites das sesmarias de Vaz de Carvalho (1791) e do padre Francisco Godoy Coelho (1814) foram deixados em aberto, por meio de uma linha pontilhada. Sabemos, no entanto, que se confrontavam pelos dois rios que indicamos como seus limites na direção norte; contudo, os limites a oeste e ao sul das sesmarias não podem ser determinados somente pela leitura das cartas de concessão. Desenho do autor sobre base cartográfica da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. FONTE: FERREIRA, 2017, p. 88.

Em nossa pesquisa, procuramos dar especial atenção aos fatores físicos da ocupação do Caminho dos Goiaes, relacionado com a própria forma de concessão das sesmarias na região, seguindo referências

como rios e principais acidentes geográficos. Percebemos portanto, que as sesmarias não foram concedidas em uma ordem contínua do avanço da ocupação (em sentido linear ao longo do caminho), mas sim em locais onde já haviam sesmarias estabelecidas e cujos limites serviram de balizadores nesse território, comprovado pela leitura das cartas de concessão. Ao interpretar as cartas de sesmaria e construir uma hipótese dessa espacialização, acomodando-as à topografia e à hidrografia, refletimos, tanto quanto possível, uma realidade da ocupação do Sertão: as sesmarias excediam em muito as dimensões estipuladas nas cartas de concessão.

As sesmarias acabaram por criar uma faixa de civilidade em meio ao Sertão do Rio Pardo, pois ali estavam princípios de ordenação do território pela Coroa; abertura de caminhos, conservação de estradas e passagens de rios, cobrança de impostos, etc., presentes nas cartas de concessão das como obrigações dos sesmeiros.

Com o objetivo de demonstrar a relação do Caminho dos Goiases com as regiões de fundo de vale e passagens de rios, espacializamos em uma base georreferenciada, o trajeto do Caminho e seus principais pousos (Figura 3).

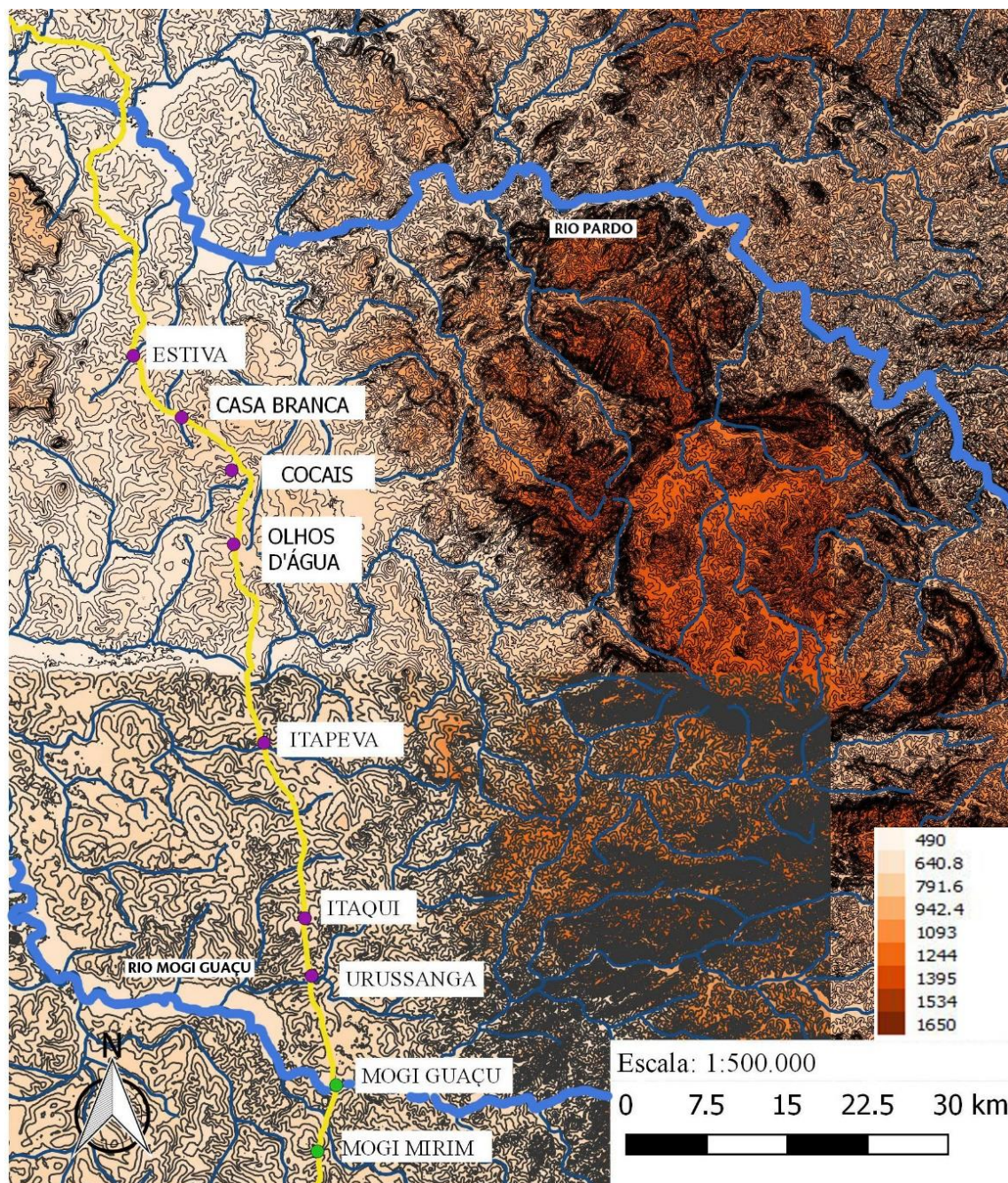


Figure 3 - Mapa hipsométrico com o relevo da região de fronteira entre Minas Gerais e São Paulo, representando o caminho dos Goiaes e seus pousos. O caminho foi destacado em amarelo, os pousos na cor roxa e as freguesias de Mogi Mirim e Mogi Guaçu em verde. Também foi adicionada a rede hidrográfica da região, onde os rios Pardo e Mogi Guaçu foram destacados em cor azul clara. Mapa elaborado no programa Qgis. FONTE: FERREIRA, 2017, p. 93

A hipsometria do mapa nos dá a dimensão do relevo relacionada com a ocupação do Caminho e de seus pousos. As atividades desse trajeto relacionaram-se, em um primeiro momento, com a plantação de gêneros para abastecer os viajantes e, posteriormente, com a abertura de grandes fazendas de criação. Além disso, parte de seus habitantes dedicavam-se às “andanças do ouro” (BRIOSCHI, 1995, P. 49). É certo que, em 1765, foi descoberto ouro na região nomeada na documentação como “Cabeceiras do Rio Pardo”, atual município de Caconde – SP. A descoberta aurífera na região avivou os conflitos de fronteira entre as Capitânicas de São Paulo e Minas Gerais, ao passo que diversificou a formação de caminhos articulando essa fronteira e a ocupação do Caminhos dos Goiaes.

A CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE CACONDE E SUA ARTICULAÇÃO NA FRONTEIRA ENTRE AS CAPITANIAS DE SÃO PAULO E MINAS GERAIS

A antiga freguesia paulista de Nossa Senhora da Conceição do Bom Sucesso do Rio Pardo, criada na segunda metade do século XVIII, esteve relacionada diretamente à uma política de controle da Coroa sobre a região de litígio de fronteira entre as Capitanias de São Paulo e Minas Gerais, onde localizavam-se importantes descobertos auríferos. Sua paróquia, localizada no atual município paulista de Caconde, articulava-se a uma rede urbana formada por rotas e caminhos que interligavam freguesias e vilas, localizadas no Sul de Minas Gerais, ao Caminho dos Goiaeses, em território paulista. Nessa rede, diversos pontos, de diferentes status de urbanidade, cumpriam diversas funções: pousos, fazendas, Registros, passagens de rios, capelas curadas, freguesias e vilas.

Cícero Ferraz Cruz (2016) cunhou novo termo para se referir à formação da rede urbana em seu aspecto plural, denominando todas as formas de fixação no território pelo conceito de “cidade difusa”.

O autor acrescenta:

Nenhuma dessas formas de ocupação territorial funcionava isoladamente, elas funcionavam em rede, interdependentes, complementares e hierarquizadas. Todas elas são fragmentos de cidades, e o conjunto delas é o que chamaremos de “cidade difusa”. Cidade porque carregavam consigo a representação do que se entendia por cidade e difusa porque estavam espalhadas pelo território, descontínuas espacialmente e cuja leitura não é clara para os critérios atuais de classificação urbana (CRUZ, 2016, p. 32).

Elaboramos em base cartográfica de 1879, o que seriam as divisas da freguesia de Caconde e da freguesia de Mogi Guaçu, em relação ao termo da vila de Mogi Mirim (Figura 4).

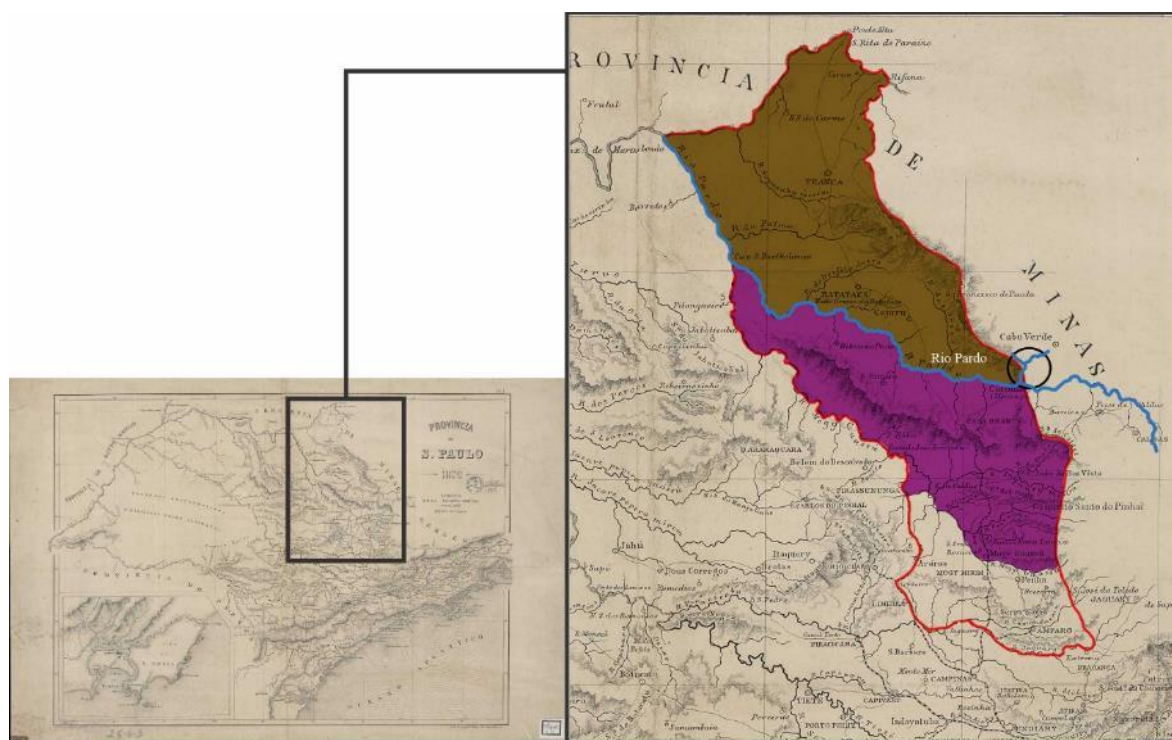


Figura 4 - Interpretação dos limites das freguesias de Nossa Senhora da Conceição do Bom Sucesso do Rio Pardo, criada em 1775, destacada na cor marrom, bem como a freguesia de Mogi Guaçu, criada em 1740, destacada no mapa na cor roxa. Em

vermelho, o termo da vila de Mogi-Mirim. O Rio Pardo e seu afluente na região de Caconde, o Rio Bom Sucesso, estão destacados no mapa, pelo círculo em preto. O Rio Pardo nasce no atual município mineiro de Ipuiúna, passando na região de Caldas, como demonstrado no mapa. Elaborado pelo autor sobre Mapa da Província de São Paulo, de Claudio Lomellino de Carvalho, 1879. FONTE: FERREIRA, 2017, p. 119.

A denominação da freguesia demonstra a localização dos achados auríferos na região: estavam situados na barra do rio Bom Sucesso, tributário do Rio Pardo. A região foi denominada de Cabeceiras do Rio Pardo, toponímia presente nos maços de população da vila de Mogi Mirim, analisados em nossa pesquisa de mestrado (FERREIRA, 2017).

Um fato que deve ser destacado, e que foi largamente explorado em nossa pesquisa, é a singularidade da fundação da freguesia de N. Sr.^a da Conceição do Bom Sucesso do Rio Pardo (Caconde – SP), onde não houve doação de terras para formação do patrimônio religioso e que não passou pelo estágio de capela curada. Chegamos a essa hipótese pela ausência de documentação sobre sua criação, tema observado também por pesquisadores como Brioschi (1995), Chiachiri Filho (1986) e Campanhole (1979). A criação da freguesia contraria o procedimento geral explicado por Murillo Marx (1991), demonstrando que, da mesma forma que Casa Branca – criada em 1814, não passou pelo estágio inicial de capela curada – é preciso relativizar as urdiduras locais, e colocar luz sobre interesses da Coroa e de outros agentes, na fundação de novos núcleos urbanos.

Caconde, dessa forma, pode ser compreendida como um último esforço do governador paulista Morgado de Mateus (1765 a 1775), pelo controle da região de fronteira através da fixação de uma jurisdição civil e eclesiástica. Através do exame de farta cartografia histórica, em nossa dissertação, pudemos demonstrar a articulação da freguesia de Caconde com uma rede de caminhos – do Caminho dos Goias aos caminhos sul mineiros – que conectavam importantes rotas e pontos com diversos status de urbanidade. Espacializamos essa relação a partir do mapa de José Joaquim da Rocha, de 1778 (Figura 5).

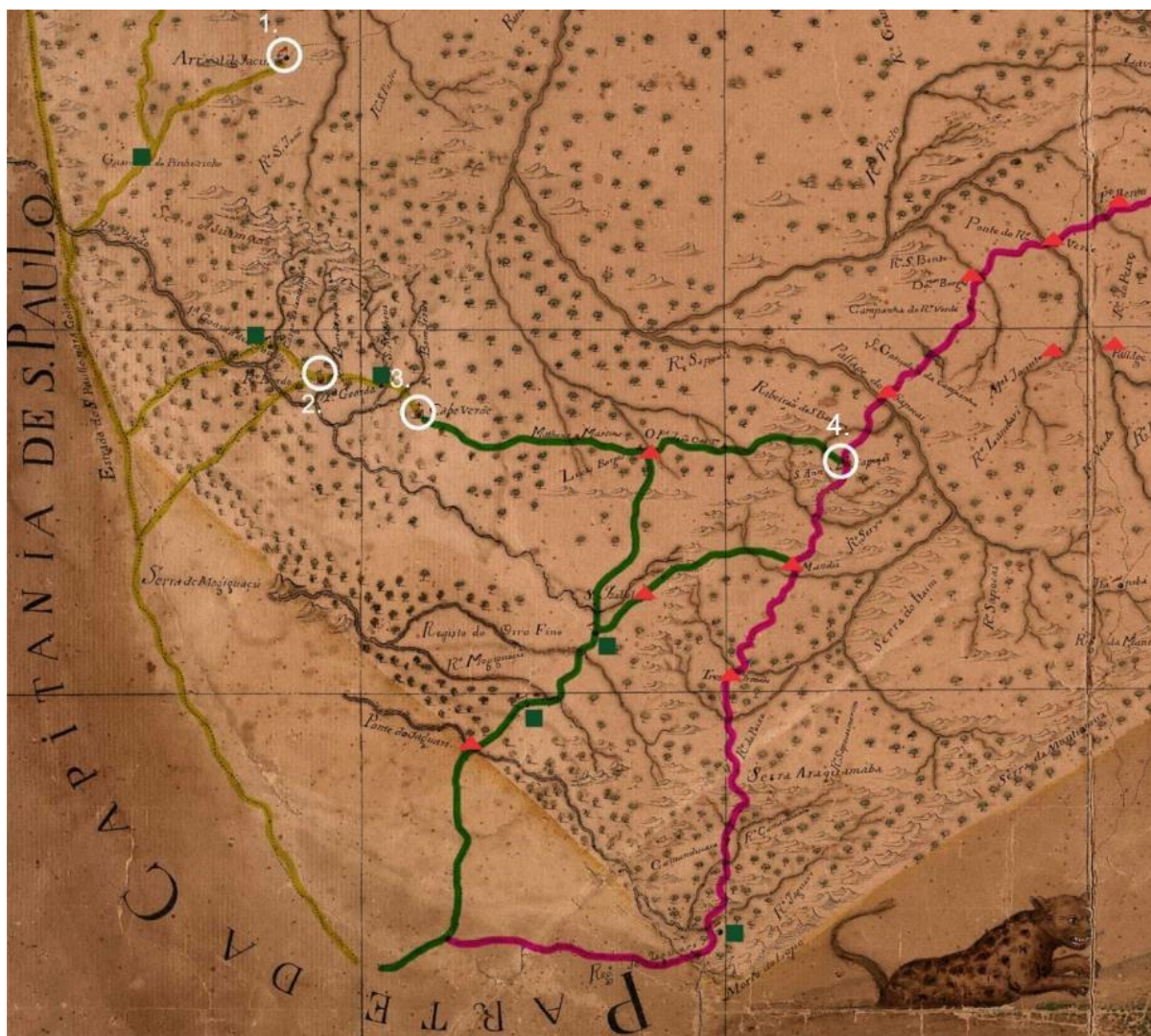


Figura 5 - Recorte sobre o “Mappa da Comarca do Rio das Mortes, pertencente a Capitania das Minas Gerais”, de autoria de José Joaquim da Rocha, em 1778. Nele destacamos em amarelo o Caminho dos Goiaes, em verde a teia de caminhos transversais conectando o Caminho dos Goiaes ao de Fernão Dias, destacado em roxo. Os caminhos transversais originaram-se nesses caminhos principais, interligando a capitania de Minas Gerais à capitania de São Paulo. Nessa rede de caminhos foram colocados registros, identificados no mapa pelos quadrados verdes, assim como as fazendas, destacadas pelos triângulos vermelhos. As freguesias foram marcadas pelos círculos em branco, cujo nº 1 corresponde à freguesia de Jacuí, o nº 2 à freguesia de Caconde, o nº 3 à freguesia de Cabo Verde e o nº 4 à freguesia de Santana do Sapucaí. Elaborado pelo autor sobre original de José Joaquim da Rocha (1778). FONTE: FERREIRA, 2017, p. 135.

A partir da espacialização dos caminhos, procedemos à verificação, na cartografia da CGG, das mesmas rotas estruturantes. Verificou-se que não só foi possível identificar tais rotas como relacioná-las com a formação de outros núcleos urbanos: São José do Rio Pardo (SP) e Espírito Santo do Rio do Peixe (atual Divinolândia-SP). O mapa da Figura 6 demonstra essa relação.



Figure 6 - Sobreposição dos caminhos indicados no mapa de José Joaquim da Rocha, de 1778 (Figura 5), em base cartográfica da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, de 1949. Em azul destacamos a hidrografia presente no mapa da Figura 5 e, em vermelho, a rede de caminhos. Dos caminhos, originaram-se os municípios cartografados no mapa de 1949, a saber: 1) Cabo Verde; 2) Caconde; 3) São José do Rio Pardo; 4) Espírito Santo do Rio do Peixe (atual Divinolândia-SP) e 5) São Sebastião da Gramma. O traçado atesta uma permanência de antigos caminhos em direção à Minas Gerais, que se ramificaram do Caminho dos Goias e hoje transformaram-se em rodovias interligando os atuais municípios. FONTE: FERREIRA, 2017, p. 148.

O mapa deixa clara a relação dos caminhos, presentes em 1949, com as ramificações do Caminho dos Goias em direção ao território sul mineiro. Contudo, explorar a relação da freguesia de Caconde com a freguesia de Cabo Verde, não constitui objetivo do presente artigo, tema desenvolvido em nossa dissertação. De acordo com Maria Rosália Guerreiro:

Existem dois tipos de pontos notáveis do território, os centros de encontro e os centros de distribuição, que coincidem com os pontos onde se ramificam, respectivamente, as linhas de talvegue e as linhas de festo. São os pontos onde se concentram os fluxos anteriormente referidos, quer de água, quer de percursos ou seres vivos (...) A coincidência destes pontos com o desenvolvimento urbano é muito considerável. Constatase que é na proximidade destes centros, os mais importantes, que se encontram os principais centros urbanos de larga influência regional (GUERREIRO, 2002, p. 53).

Através da espacialização em mapa (Figura 6), delineamos as linhas que configuram-se como rotas no território e geraram os núcleos urbanos elencados. A afirmação de Guerreiro (2002) corrobora nossa análise que demonstra a utilização de caminhos desde meados do século XVIII como rotas de conexão no território, condição prévia para o desenvolvimento de novos núcleos urbanos. Nos tópicos seguintes, iremos analisar as razões de escolha desses locais, fundos de vale, na doação de terras a oragos de devoção, formando patrimônios religiosos que deram origem a núcleos urbanos.

A DOAÇÃO DE TERRAS DE FAZENDAS NA FORMAÇÃO DE NOVOS PATRIMÔNIOS RELIGIOSOS E NÚCLEOS URBANOS NO SÉCULO XIX

No início do século XIX novas sesmarias seriam concedidas, apartadas da lógica do Caminho dos Goiaes, para situarem-se na região da sede da freguesia de Caconde. Espacializamos também essas sesmarias, nos mapas da CGG, a partir da leitura do Repertório das Sesmarias e também das cartas de concessão (Figura 7).

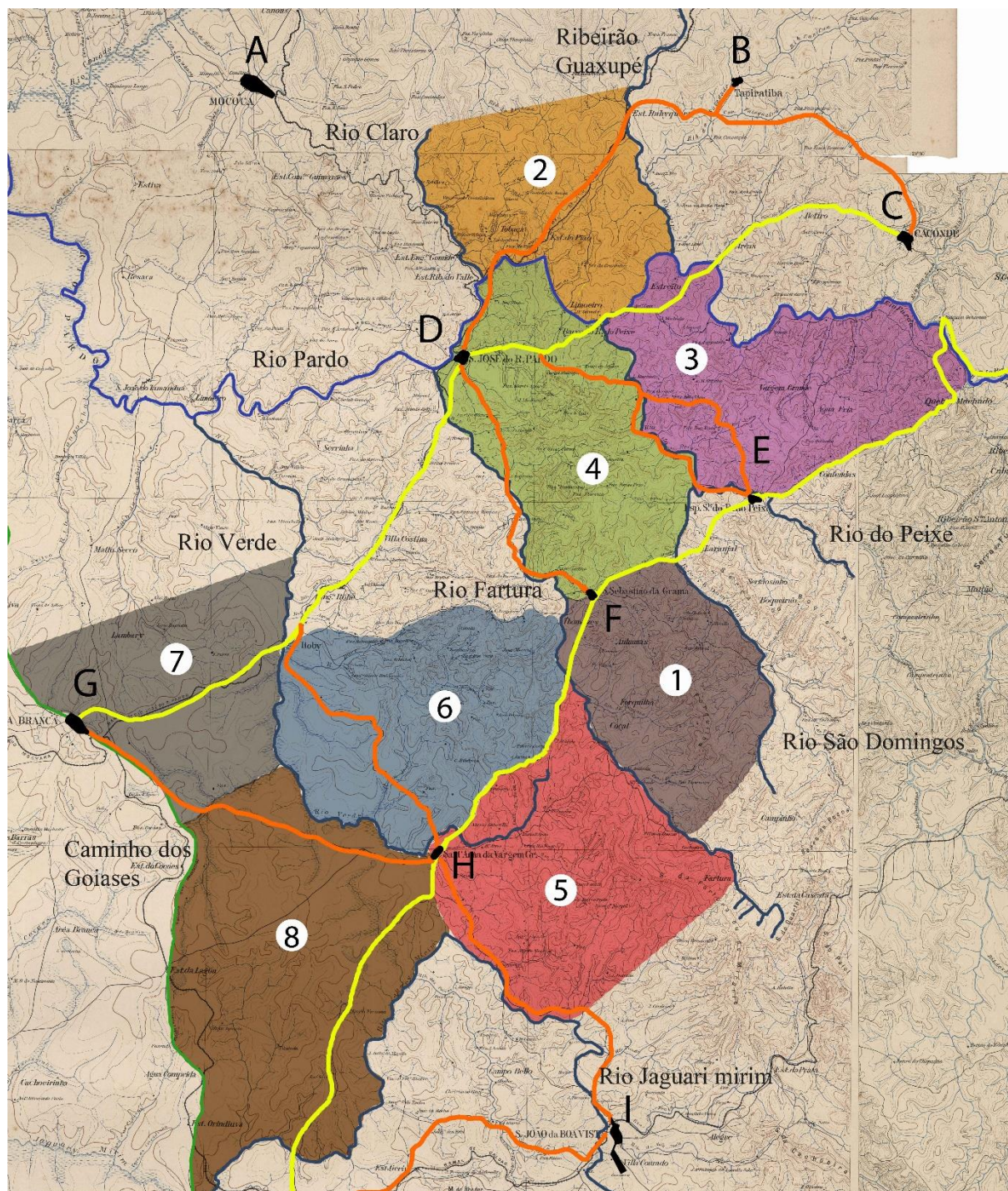


Figura 7 - Mapa demonstrando a hipótese de espacialização das sesmarias concedidas na região entre rios afluentes do Rio Pardo. Os rios principais e que são mencionados nas cartas de sesmaria foram destacados em azul, assim como o Rio Pardo e o Rio Jaguarimirim. As sesmarias foram espacializadas no mapa levando em consideração sua medida em léguas, adequando o seu formato de acordo com os referenciais hidrográficos e topográficos. Estão destacadas as sesmarias: 1) Alexandre Luiz de Mello e Antônio Joaquim de Mello (06/06/1821); 2) Capitão Alexandre Luiz de Mello (06/06/1821); 3) Padre Inácio do Prado e Siqueira (06/06/1821); 4) Manoel Joaquim, Sebastião de Mello e Joaquim Luiz (08/06/1821); 5) Manoel Dias Barros (12/03/1814);

6) Manoel Rapozo Velloso (21/03/1814); 7) Lourenço Martins Leme (sem data definida) e 8) José Garcia Leal (28/08/1812). Em amarelo foram destacados a rede de caminhos formada ainda no século XVIII, delineadas no mapa de José Joaquim da Rocha, de 1778. Em laranja, destacamos a rede de caminhos secundários, existentes em 1905 (data da Folha de Casa Branca). Os núcleos Urbanos existentes são: A) Mococa; B) Tapiratiba; C) Caconde; D) São José do Rio Pardo; E) Espírito Santo do Rio do Peixe (atual Divinolândia-SP); F) São Sebastião da Gramma; G) Casa Branca; H) Vargem Grande do Sul e I) São Sebastião da Boa Vista. Desenho do autor sobre mapas da CGG, folha de Casa Branca (1905), Mococa (1911) e Caldas (1914). FONTE: FERREIRA, 2017, p. 207.

A cronologia da freguesia de Caconde inicia-se com sua fundação em 1775, mesmo ano em que o Bispado de São Paulo toma posse eclesiástica das paróquias localizadas no sul de Minas Gerais. No início do século XIX, a freguesia seria desativada, e sua sede transferida para a recém-criada freguesia de Franca (1805). Os moradores do núcleo urbano de Caconde passariam então a ser fregueses de Cabo Verde, freguesia pertencente ao Bispado de São Paulo em território civil mineiro, e que divisava com Caconde na região da fronteira.

A restauração da freguesia de Caconde, com a ereção de nova matriz, ocorreria somente em 1822, pela iniciativa de mineiros que recém ocupavam essas terras. A família do Cap. Alexandre Luiz de Mello⁵ receberia grande quantidade de terras em sesmarias na região, participando ativamente da restauração da freguesia, que ocorreu pela doação de 1/4 de légua em quadra de terras para Nossa Senhora da Conceição em nome dos fazendeiros Miguel da Silva Teixeira e sua mulher Maria Antônia dos Santos. O patrimônio desmembrado da fazenda do casal, localizava-se às margens do Ribeirão São Miguel, que atualmente corta o município de Caconde.

Apesar de possuírem grandes extensões de terras por sesmarias, a família do Cap. Alexandre Luiz de Mello não doou terras para a restauração da freguesia, pois suas sesmarias não se encontravam em posição favorável na rede de rotas e caminhos. No entanto, a restauração da freguesia só aconteceu pela iniciativa de seu filho, o padre Carlos Luiz de Mello, que se tornaria vigário de Caconde.

Em nossa pesquisa, recorremos ao Registros Paroquial de Terras de Caconde⁶ (1856), documento composto de 390 declarações de proprietários sobre suas fazendas (ou partes delas), totalizando 326 proprietários de terras, num total de 83 propriedades⁷. O documento evidencia uma diversificação das propriedades, nascidas de novas posses, mesmo após a interrupção das concessões de sesmarias, em 1822. Sobre esse hiato, Ligia Osório Silva esclarece:

As condições imperantes na colônia levaram os moradores a estender suas posses, no intuito de se apropriarem das terras sem necessariamente cultivá-las (...) A posse sempre existia, mas obviamente, os problemas começaram a surgir quando o povoamento começou a adensar-se. O não cumprimento das exigências legais, principalmente a demarcação e a medição das terras, causou enorme balbúrdia entre sesmeiros e posseiros. Durante o século XVIII, a situação da propriedade territorial começou a configurar a existência de um problema grave (SILVA, 1996, pp. 60-61).

O Registro de Terras era efetuado pelo vigário da paróquia, que transcrevia as declarações de fazendeiros. A dificuldade de interpretação desse documento está na sua própria natureza: propriedades coletivas, pertencendo a vários fazendeiros, que declaram como confrontantes apenas

⁵ O Capitão Alexandre Luiz de Mello, havia sido Capitão de Ordenanças da vila de Campanha da Princesa em 1808. Segundo o historiador Rodolpho José Del Guerra (2001) a família Luiz de Mello teria migrado para a região da freguesia de Caconde em 1811. As cartas de sesmaria da família, contudo, foram obtidas somente em 1821.

⁶ O documento adveio da regulamentação da Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 (Lei de Terras)

⁷ O documento foi tabulado em nossa dissertação, em formato de tabela e gráfico, constando todas as propriedades e seus proprietários.

seus nomes, inexistindo referenciais geográficos em muitos casos. Em nossa pesquisa, procedemos à espacialização⁸ das propriedades em mapas da CGG, nos concentrando na região dos núcleos urbanos de São José do Rio Pardo e Espírito Santo do Rio do Peixe como estudo de caso (Figura 8).

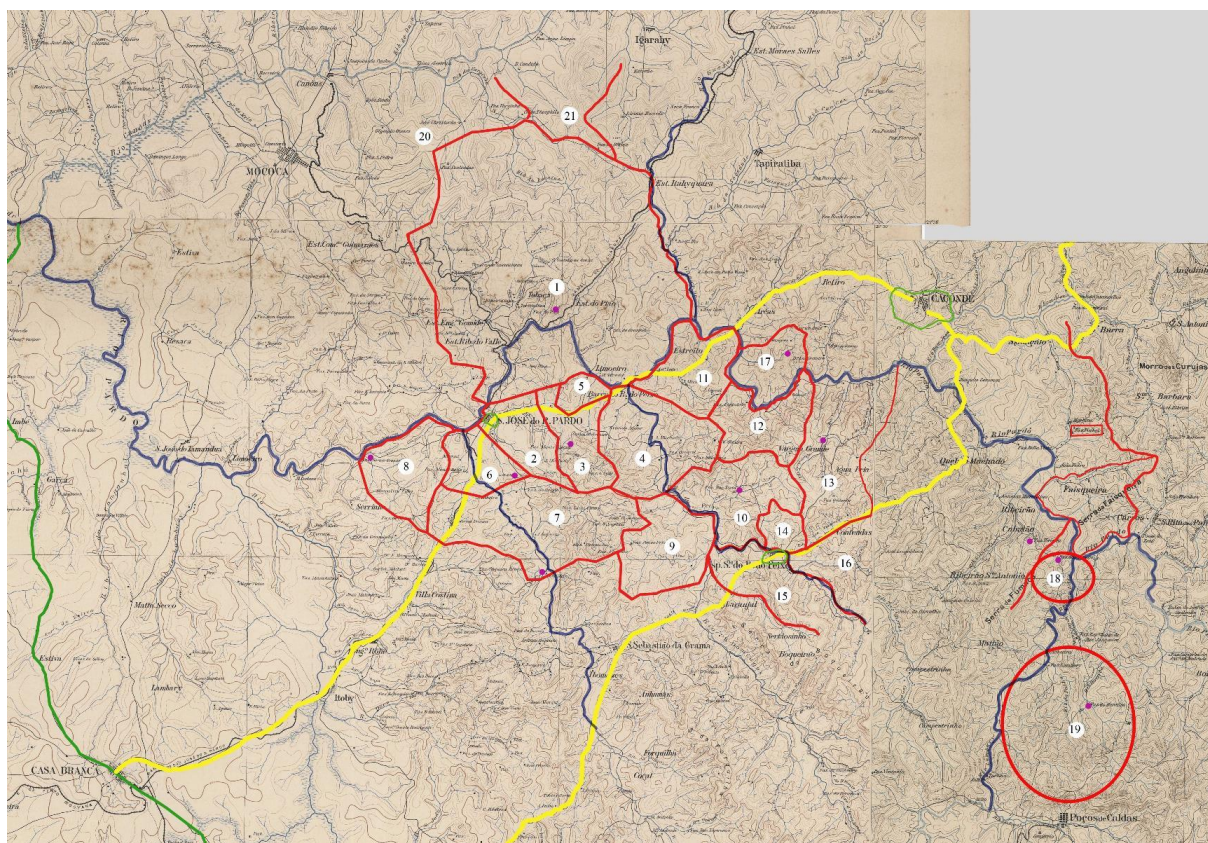


Figura 8 - Espacialização das propriedades rurais do Registro de Terras de 1856, relacionadas com a formação dos patrimônios religiosos do Esp. Santo do Rio do Peixe (1844) e de São José do Rio Pardo (1865). Constam as seguintes propriedades: 1) Pião do Rio Pardo; 2) Cachoeira do Lajeado; 3) Monte Alegre; 4) Santo Antônio do Rio do Peixe; 5) Fazenda Limoeiro; 6) Fazenda Barra da Fartura (dividida judicialmente em 1859, anteriormente fazenda Fartura); 7) Engenho da Boa Vista da Fartura (dividida judicialmente, anteriormente fazenda Fartura); 8) Sertão Grande do Rio Pardo; 9) Fazenda São Domingos; 10) Fazenda Boa Vista; 11) Fazenda Salto; 12) Fazenda Fortaleza; 13) Fazenda Vargem Grande; 14) Fazenda Matos; 15) Fazenda Ribeirão de São Domingos e Rio do Peixe; 16) Fazenda Três Barras; 17) Fazenda Guariroba; 18) Fazenda Barra do Lambari; 19) Fazenda Barreiro; 20) Fazenda Água Limpa; 21) Fazenda Laje. Em verde no mapa, destacamos ainda os patrimônios religiosos criados no Espírito Santo do Rio do Peixe (1844), São José do Rio Pardo (1865) e Caconde (1822), somados à interface de caminhos que identificamos já nas cartografias de José Joaquim da Rocha, de 1778. Nos pontos em roxo, marcamos as sedes de fazendas que ainda conservavam os mesmos nomes nos mapas da CGG. Nas fazendas de nº 20 (Água Limpa) e nº 21 (Laje) não pudemos identificar as confrontações, que não são mencionadas no Registro Paroquial de Terras, apenas a sua divisão com a Fazenda Pião do Rio Pardo de Francisco de Assis Nogueira. Desenho do autor sobre mapas da CGG de 1905 (Folha de Casa Branca ao centro), 1914 (Folha de Caldas à direita) e 1911 (Folha de Mococa na parte superior). FONTE: FERREIRA, 2017, p. 230.

O contato com as fontes fundiárias primárias evidenciou a posse coletiva da terra, e a atuação de posseiros como doadores para a formação de patrimônios religiosos, característica de uma política de terras durante o Império.

Caconde (SP) seria elevada à categoria de vila em 1864, passando 89 anos como freguesia. De seu território, desmembraram-se inicialmente os núcleos urbanos de São José do Rio Pardo (SP) e Espírito Santo do Rio do Peixe (SP).

⁸ O Registro Paroquial de Terras traz a seguinte informação: nome da propriedade, declarante, confrontante, medias e em alguns casos, forma de aquisição das mesmas. O método utilizado foi a busca pela toponímia nos mapas da CGG, que 49 anos depois, ainda conservavam muitas das referências a nomes de fazendas.

URDIDURAS LOCAIS E A TESSITURA DA REDE URBANA

O campo da Morfologia Urbana, traz uma série de conceitos que podem ser a chave para entender a formação de novos patrimônios religiosos nas regiões de fundo de vale. Panerai (2014) utiliza a metáfora do tecido para definir a formação do urbano:

Aplicado à cidade, o termo “tecido” evoca a constituição das cidades antigas e responde às questões levantadas pelo estudo das urbanizações recentes. Ele pressupõe uma atenção tanto ao banal quanto ao excepcional, tanto às ruas comuns e às edificações corriqueiras quanto às regulamentações e aos monumentos (PANERAI, 2014, p. 77).

Costa & Netto (2015) também compartilham desse conceito, e nos foram úteis à medida que delinearam um método, baseado nas fases de ocupação territorial, que podem retomar as espacializações e conceitos que vimos definindo no presente artigo, entre eles o conceito de rota:

Como estruturas de ligação, as rotas recebem as séries urbanas ou às contém, se estabelecendo como o primeiro elemento estruturante de um núcleo urbano, pois a sua existência pressupõe que houve um deslocamento para que este se assentasse, sendo a rota o meio pelo qual o deslocamento se efetuou (COSTA; NETTO, 2015, p. 184)

Os mapas que vimos construindo no presente artigo, e que espacializam o Caminho dos Goias e suas derivações, podem ser encaixados na definição das autoras. O próprio conceito da semente, de Laurent Vidal (2012), também contribui no entendimento do papel dos pousos como nós, ou nodalidades nos caminhos. A tessitura dessa rede urbana, que está entre o rural e o urbano, é a de uma malha de fazendas, estruturadas por caminhos e rotas principais, perceptíveis até mesmo no mapa de José Joaquim da Rocha, de 1778. As rotas, quando seccionadas por outras configuram nós, representando diversas funções para o organismo urbano. As fazendas elencadas no tópico anterior podem ser compreendidas a partir desse conceito.

Nossa pesquisa encontra paralelos importantes na dissertação de Guerreiro (2002). A autora também trabalha sobre o conceito de fases de ocupação territorial, mas de uma forma cronológica. Sobre o papel dos caminhos, a autora afirma que:

Os caminhos são o elemento mais importante na urbanização do território: desde as principais vias que atravessam um continente, um país, ou uma região, até à ligação que se estabelece entre dois aglomerados ou simplesmente dois edifícios, o caminho é a primeira estrutura criada pelo homem e sobre a qual todas as outras se assentam (GUERREIRO, 2002, p.73).

Guerreiro (2002) ainda define como as macroestruturas, as linhas estruturantes no território; linhas de crista e talvegue, direcionam e guiam a formação dos caminhos. Na microestrutura, estariam os acidentes orográficos, e a rede hidrográfica. Todas essas escalas de análise são extremamente pertinentes, à medida que ajudam a realizar a leitura do território que, em nosso caso, pode ser comprovada pelo exame das espacializações que apresentamos nesse trabalho.

O patrimônio do Divino Espírito Santo do Rio do Peixe foi doado em 1834, a partir da fazenda de mesmo nome. Constam como doadores Pedro Martins do Amaral e sua mulher Maria Theresa de Jesus, de 1 alqueire, em 15 de janeiro de 1834. Na mesma data, foram doados também outros 15 alqueires pertencentes a Manoel da Silva Pereira e mais herdeiros.

A provisão para construção da capela seria dada somente em 8 de novembro de 1843. A povoação localizava-se em uma rota estrutural (Figura 9) que, como demonstramos nos mapas anteriores, conectava o Caminho dos Goiaes com a região sul de Minas Gerais, até a freguesia de Cabo Verde.

De acordo com Costa e Netto (2015), o território já possui uma estrutura própria, formada pela topografia, conjuntos de rios e corpos d'água, que configuram vales (talvegues) e cristas de montanhas (espigões).

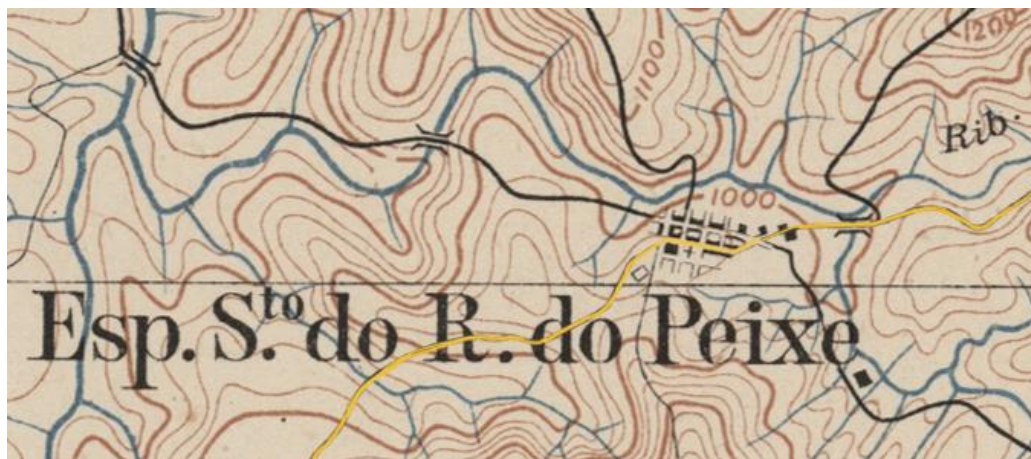


Figura 7 - Localização do núcleo urbano do Espírito Santo do Rio do Peixe, em 1905. Assentado sobre as cotas mais baixas do relevo, os limites do patrimônio coincidem com os cursos d'água mais próximos. A rota que estruturava a ocupação do território foi destacada na cor amarela. Recorte sobre a Folha de Casa Branca (1905) da CGG. FONTE: FERREIRA, 2017, p. 255.

Constatamos a relação entre as formas físicas do território e a demarcação dos patrimônios religiosos em fundos de vale (Figura 10). Essa relação já foi observada por Constantino (2006), ao espacializar as fazendas originárias do município de Bauru – SP, em bases cartográficas: “(...) observa-se que os limites eram conformados pelos espigões: os lados alongados são geralmente as linhas do divisor de águas entre duas bacias hidrográficas secundárias” (CONSTANTINO, 2006, p. 240). Constatamos essa relação também em nossa pesquisa. Devemos nos lembrar, contudo, que o patrimônio do Espírito Santo do Rio do Peixe, desmembrado da fazenda de mesmo nome, fazia parte do território da sesmaria do padre Ignácio do Prado (ver figura 7). Os doadores do patrimônio, já mencionados eram, portanto, posseiros que viviam nessas terras, e viram na doação do patrimônio, uma forma de, primeiro regulamentarem sua posse (as doações eram feitas mediante escrituras lavradas por tabeliães) e, segundo, uma estratégia de inserção na rede regional de poderes, afirmando sua posição frente a elites locais.

A doação, ocorrendo mediante lavratura de escrituras, precisaria de referenciais geográficos incontestáveis para a sua demarcação, motivo pelo qual rios e córregos eram as alternativas mais viáveis.

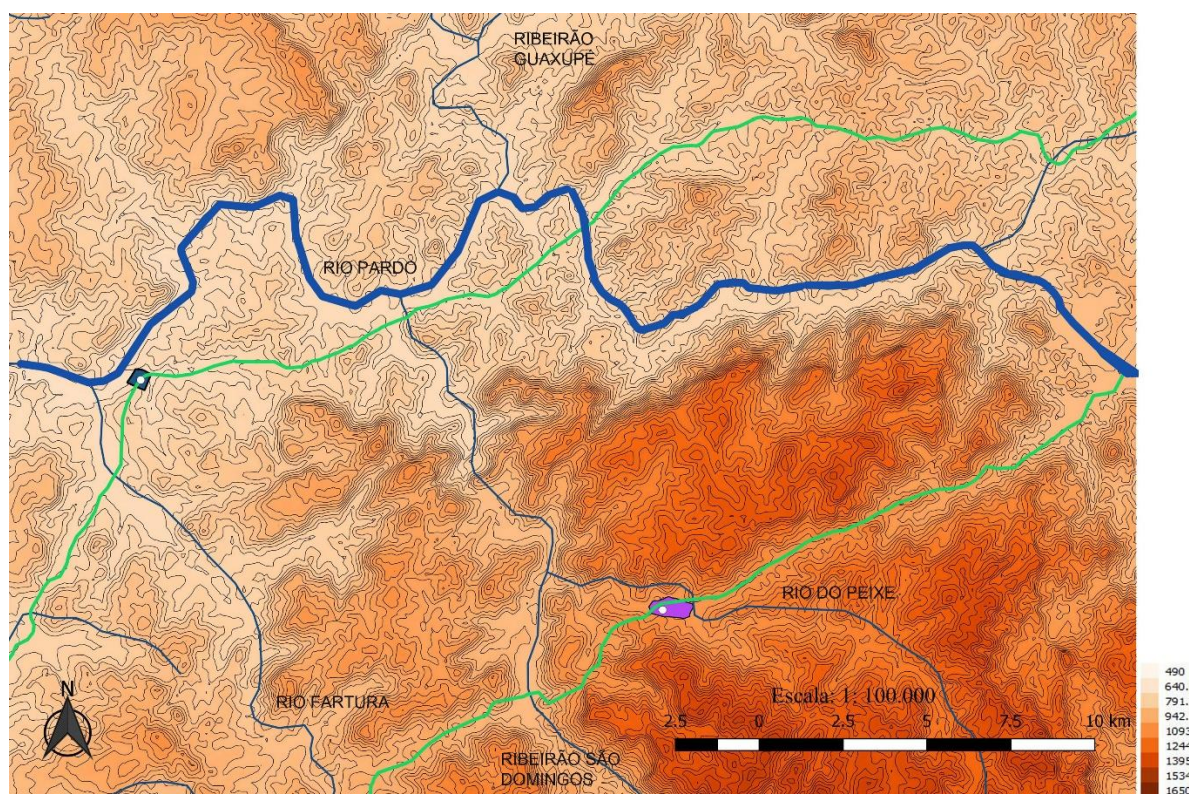


Figure 10 - Mapa Hipsométrico demonstrando a relação entre os patrimônios do Espírito Santo do Rio do Peixe (1834) e São José do Rio Pardo (1865) e as rotas no território. Os pontos em banco representam a localização das capelas dentro da área do patrimônio. Mapa elaborado com o programa Qgis. FONTE: FERREIRA, 2017, p. 268

O patrimônio de São José do Rio Pardo (Figura 12), formado em 1865, foi doado por um grupo de cinco fazendeiros: Antônio Marçal Nogueira de Barros, João José de Souza, José Theodoro Nogueira de Noronha, Cândido de Faria Moraes e Cândido de Miranda Noronha, apontados pela obra do historiador Rodolpho Del Guerra (2001). O patrimônio formado, por 12 alqueires de terras, fora desmembrado da Fazenda Cachoeira do Lajeado. Em nossa dissertação, pesquisamos no Registro Paroquial de Terras de Caconde, a origem dessa propriedade, relacionada com as fazendas especializadas no mapa da figura 8.

O mapa (Figura 10) evidencia o papel da topografia no assentamento dos patrimônios. No caso de Espírito Santo do Rio do Peixe, doado em 1834, localizamos em um mapa da década de 1950 (Figura 11), a mesma demarcação do patrimônio doado, mas agora com a denominação de perímetro suburbano. Traçamos ainda, o que seria o cruzamento entre a rota estruturante no território, adentrando o núcleo urbano, no mapa de 1950.

A doação de patrimônios religiosos eram, no Brasil Colônia e Império, estratégias de reconhecimento de ermidas ou capelas curadas, para que se garantissem os ofícios religiosos aos moradores de uma povoação que se formava (MARX, 1991). Prosperavam aqueles povoados onde os doadores se empenhassem em solicitar as devidas provisões eclesiásticas de ereção e benção, assim como pedidos para que a capela, dado um maior número de fiéis, fosse elevada à condição de freguesia. Somado a esses fatores – largamente explorados em nossa dissertação, com a consulta a grande documentação eclesiástica, em sua maioria inédita – somamos os fatores naturais da localidade, da possibilidade de estarem erigidas sobre rotas estruturantes no território, como os estudos de caso do presente artigo. Essa análise certamente traz maior relevância no estudo da morfologia urbana, que não deve estar

dissociada do estudo da atuação dos agentes sociais, com projeção local ou não nas articulações para a criação de novos patrimônios religiosos e povoações.

A capela do Espírito Santo do Rio do Peixe seria erigida somente em 1844 e curada em 1856, pouco depois da doação de terras para o patrimônio de São José do Rio Pardo. Este último núcleo urbano, teve sua capela erigida em 1872, ano em que recebeu a provisão de cura da mesma. São José do Rio Pardo seria elevada à categoria de freguesia somente em 1881.



Figure 11 - Recorte sobre o mapa 'Distrito de Sapecado município de São José do Rio Pardo. Sapecado foi o nome que recebeu o distrito do Espírito Santo do Rio do Peixe, em 1938, até tornar-se um município independente em 1953. Em amarelo, destacamos a estrada tronco que ligava, à esquerda a região de Caconde, e o antigo caminho para Cabo Verde e, à direita, o trajeto até Itupueva (atual Aguai – SP), passando pelos municípios de São Sebastião da Gramma e Vargem Grande do Sul, fundados no final do século XIX. Desenho do autor sobre original. FONTE: FERREIRA, 2017, p. 255.



Figura 12 Patrimônio doado em 1865 à São José, vindo a formar o núcleo urbano de São José do Rio Pardo-SP desenho do autor sobre original. FONTE: FERREIRA, 2017, p. 270.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, demonstramos as diferentes fases de ocupação da freguesia de Caconde, através da espacialização de seus aspectos fundiários. Utilizando conceitos da Morfologia urbana, destacamos as várias fases de ocupação do território, pela abertura do Caminho dos Goíases e sua relação com a rede urbana na região de fronteira, em uma intersecção com uma rede de caminhos sul mineiros que conectavam arraiais, freguesias e vilas.

Pela espacialização dos patrimônios religiosos do Espírito Santo do Rio do Peixe (1834) e de São José do Rio Pardo (1865), buscamos demonstrar a sua intersecção com a rede de caminhos e fazendas dos quais se desmembraram. Evidenciamos com isso, a lógica da delimitação de áreas de fundos de vale para a doação de terras para oragos de devoção.

Através desse artigo, ensaiamos um método de estudo da formação da rede urbana através da espacialização de documentação primária em bases cartográficas, inclusive georreferenciadas, potencializando o entendimento da relação entre o suporte físico natural e a formação de novos núcleos urbanos, enquanto lógicas antrópicas de enraizamento na paisagem.

REFERÊNCIAS

- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Decifrando mapas: sobre o conceito de território e suas vinculações com a cartografia**. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 12, pp. 193-234, 2004.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Por uma arqueologia da paisagem: mobilidade e enraizamento em perspectiva americana**. Labor e Engenho, Campinas, SP, v. 11, n. 3, p. 242-262, set. 2017.

BACELLAR, Carlos de Almeida P. & BRIOSCHI, Lucila Reis. **Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo: Humanitas, 1999.

BRIOSCHI, Lucila Reis. **Criando História; paulistas e mineiros no nordeste de São Paulo, 1725-1835**. (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós Graduação em Sociologia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, SP, Brasil, 1995.

CAMPANHOLE, Adriano. **Memória da Cidade de Caconde: freguesia antiga de N. S. da Conceição do Bom Sucesso do Rio Pardo**. São Paulo: A. Campanhole, 1979.

CONSTANTINO, Norma Regina Truppel. **As permanências na paisagem: os fundos de vale em Bauru**. Paisagem e Ambiente, São Paulo, n. 22, dec. 2006, p. 238-245.

CHIACHIRI FILHO, José. **Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador**. Ribeirão Preto, Ribeira Gráfica e Editora LTDA, 2010.

COSTA, Staël A. P.; NETTO, Maria M. G. **Fundamentos de morfologia urbana**. Belo Horizonte: Editora C/ Artes, 2015.

CRUZ, Cícero Ferraz. **Cidade difusa: a construção do território na vila de Campanha e seu termo, século XVIII-XIX**/Cícero Ferraz Cruz – São Paulo, 2016. 426. : il

FERREIRA, Rafael Augusto Silva. **Entre fronteiras e conflitos: aspectos fundiários da formação do Sertão do Rio Pardo, 1775 – 1865**. Dissertação (Mestrado). Campinas: PUC-Campinas, 2017. 296f. il.

GUERREIRO, Maria Rosália P. **O Território e a Edificação: O Papel do Suporte Físico Natural na Gênese e Formação da Cidade Portuguesa**. Dissertação (Mestrado em Desenho Urbano, Instituto Superior do Ciências do Trabalho e da Empresa), Lisboa, Portugal, 2002.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil, terra de quem?**. São Paulo: Edusp, 1991.

PICCINATO JUNIOR, Dirceu. **Em chão urbano o senhorio é santo: urbanização e aforamento de terras no bispado de Ribeirão Preto entre o Brasil Império e a Primeira República**. Dissertação (mestrado). PUC Campinas, Campinas, 2016.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)**. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968

REIS FILHO, Nestor Goulart. **As minas de ouro e a formação das Capitânicas do Sul**. São Paulo: Via das Artes, 2013.

VIDAL, Laurent. **A gênese dos pousos no Brasil moderno. Considerações sobre as formas (urbanas) nascidas da espera**. Tempo, Niterói, v.22, n.40, Aug. 2016, pp. 400-419.